



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

PARECER JURÍDICO

Pregão Eletrônico nº 007/2022

Interessado: Pregoeiro e equipe de apoio.

1 – OBJETO

Trata-se de parecer jurídico referente à impugnação ao edital apresentado pela empresa Modelo Pneus Ltda, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 94.510.682/0001-26, em relação ao pregão eletrônico nº 007/2022, cujo objeto é o *“registro de preços para aquisição de pneus diversos, para manutenção dos veículos da frota municipal de Campo Bom, conforme Anexo I – Termo de Referência, que é parte integrante deste edital.”*

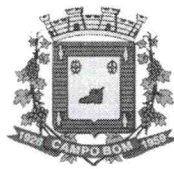
Neste sentido, se insurge a impugnante em face do item nº 6.13 do edital, que trata sobre a obrigatoriedade dos participantes revendedores com fins de comércio de pneus e similares de apresentarem, juntamente a proposta, certificado de regularidade junto ao cadastro técnico federal do IBAMA. Conforme a impugnante, a atividade de comércio de pneus e similares não se encontra dentre as atividades consideradas potencialmente poluidoras, que exigem o cadastro do empreendimento junto à autarquia federal, nos termos da Instrução Normativa nº 06/2013 do IBAMA, de modo tal que esta exigência seria ilegal e restringiria o caráter competitivo do certame, obstando a obtenção da oferta mais vantajosa.

Assim, a mesma requer a alteração do item, para que se exija somente a apresentação de certificado de regularidade junto ao cadastro técnico federal do fabricante do pneu ofertado, suprimindo-se a obrigação de que tal certificado seja emitido em nome do licitante.

Feita esta breve análise do exposto, passa-se a análise do mérito da impugnação.

2 – DO MÉRITO

Para solução da controvérsia posta, necessário trazer alguns dispositivos da instrução normativa nº 06/2013 do IBAMA, que dispõe sobre o cadastro técnico federal. No ponto, os excertos legais que seguem:



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Art. 2º Para os efeitos desta Instrução Normativa, entende-se por:

I - atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais: aquelas que, para fins de obrigação de inscrição no CTF/APP, e nos termos do art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, estão relacionadas: a) nas categorias 1 (um) a 20 (vinte) do Anexo I, conforme art. 17-C e Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 1981; e b) nas categorias 21 (vinte e um) e 22 (vinte e dois) do Anexo I, em razão de outros normativos federais ou de abrangência nacional, que determinem o controle e fiscalização ambiental de atividades; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 11, de 2018)

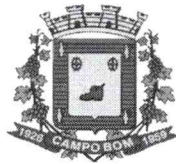
II - Comprovante de Inscrição no CTF/APP: certidão emitida pelo sistema que demonstra a inscrição cadastral;

III - Certificado de Regularidade: certidão que atesta a conformidade dos dados da pessoa inscrita para com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio dos sistemas vinculados ao CTF/APP, salvo impeditivo nos termos do Anexo II;

Como se depreende da análise dos dispositivos legais, os empreendimentos que têm a obrigação de se inscreverem no cadastro técnico federal de atividades potencialmente poluidoras são aqueles que desenvolvem alguma das atividades referidas nas categorias de nº 1 – 22 do anexo I da referida instrução normativa. Assim, da análise do referido anexo, de fato verifica-se que o comércio de pneus e similares não se encontra dentre as atividades que exigiriam inscrição no dito cadastro.

Neste ponto, as atividades relacionadas ao objeto licitatório que exigem inscrição no cadastro mantido pela autarquia federal, nos termos da instrução normativa nº 06/2013 e seu anexo I são as que seguem:

9 – 6 Fabricação de pneumáticos



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

9 – 7 Recondicionamento de pneumáticos

21 – 45 Importação de pneus e similares – Resolução CONAMA nº 416/2009

Portanto, não constando a atividade de comércio de pneus e similares desta lista, torna-se vedada a exigência dos licitantes que desenvolvam tal atividade que apresentem certificado de regularidade junto ao certificado técnico federal mantido pelo IBAMA, uma vez que não há qualquer obrigatoriedade legal neste sentido, tornando tal exigência destituída de qualquer fundamento jurídico. Sobre o ponto, também necessário trazer algumas passagens da Lei nº 8.666/93:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

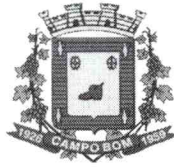
Conforme se verifica, a finalidade precípua de qualquer processo licitatório é a obtenção da oferta mais vantajosa ao ente licitante em um ambiente que garanta a igualdade e a ampla possibilidade de participação dos interessados e também o tratamento isonômico dos mesmos, visando fomentar a competitividade. Em vista disto, é vedado a exigência, em licitações públicas, de quaisquer comprovantes ou documentos que restrinjam a ampla possibilidade de participação e cuja exigência não encontre fundamento em outra disposições legais vinculantes, considerando que tal reduziria a competitividade do processo, possivelmente impactando na obtenção da oferta mais vantajosa.

Outrossim, como se depreende, as licitações também se voltam ao incentivo do desenvolvimento nacional sustentável, sendo que uma das principais políticas públicas para a consecução deste desiderato é a regulação e controle das atividades potencialmente poluidoras, nos termos da Lei nº 6.938/81, sendo portanto hígidas eventuais exigências em processos licitatórios que garantam que a futura contratação não causará prejuízos ou impactos ambientais negativos.

Portanto, em vista do exposto, opina-se pelo provimento da impugnação ao edital referente ao pregão eletrônico nº 007/2022, feita pela empresa Modelo Pneus Ltda, para que somente seja exigido o comprovante de regularidade junto ao cadastro técnico federal do IBAMA dos fabricantes dos produtos ofertados ou dos licitantes participantes que desenvolvam as atividades de fabricação de pneumáticos, recondicionamento de pneumáticos ou importação de pneus e similares, nos termos da instrução normativa nº 06/2013 do IBAMA.

3 – CONCLUSÃO

Pelo exposto, opina-se pelo provimento da impugnação ao edital referente ao pregão eletrônico nº 007/2022, feita pela empresa Modelo Pneus Ltda, para que somente seja exigido o comprovante de regularidade junto ao cadastro técnico federal do IBAMA dos fabricantes dos produtos ofertados ou dos licitantes participantes que desenvolvam as atividades de fabricação de pneumáticos, recondicionamento de pneumáticos ou importação de pneus e similares, nos termos da instrução normativa nº 06/2013 do IBAMA.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Ademais, em vista de que esta alteração afetará a apresentação das propostas, opina-se pela reabertura do prazo para tanto, nos termos do Art. 21, § 4, da Lei nº 8.666/93.

Campo Bom/RS, 01 de fevereiro de 2022.

Guilherme Schubert Schmidt

OAB/RS: 116.015